



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA

**OS DIREITOS HUMANOS ENTRELACADOS AOS
PARÂMETROS DA ESCOLA BILÍNGUE PARA O ALUNO
SURDO.**

Brasília – DF

2015

SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA

OS DIREITOS HUMANOS ENTRELAÇADOS AOS
PARÂMETROS DA ESCOLA BILÍNGUE PARA O ALUNO
SURDO.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Professor Orientador: Título, nome completo

Brasília – DF

2015

ROCHA, Sueli Matos Moreira da.

Os Direitos Humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para os alunos surdos / Sueli Matos Moreira da Rocha. – Brasília, 2015.

Pós-graduação – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador: Dra. Fabrícia Teixeira Borges, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED.

1. A história da educação e os Direitos Humanos. 2. A história dos surdos no Brasil. 3. A educação dos surdos sob o viés da educação bilíngue.

SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA

OS DIREITOS HUMANOS ENTRELAÇADOS AOS
PARÂMETROS DA ESCOLA BILÍNGUE PARA O ALUNO
SURDO.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Sueli Matos Moreira da Rocha

Dra. Fabrícia Teixeira Borges

Professor-Orientador

Titulação, Nome
completo,

Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Agradecimentos

“À priori”, engendrar os êxitos obtidos diante da força e da garra dada por Deus. A meu marido e filho (fonte de inspiração) que de forma exímia me incentivam e acreditam em meu potencial e determinação.

E a todos que colaboraram para a conclusão deste trabalho com experiências, reflexos de espelhos motivacionais e com auxílio da maneira mais singela. Saibam que vocês foram essenciais e nessa íngreme caminhada face à escrita de mais um capítulo do livro que compõe minha vida.

*O caso dos surdos dentro de uma cultura ouvinte é um caso onde a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão do original. A identidade original estabelece uma identidade de subordinação em vista da alteridade cultural, a mesma que se dá entre os grupos étnicos. Para Silva, (1998:58) a **identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos.***

A identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. O sujeito surdo nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda (Carlos SKLIAR, 1998.p.53)

RESUMO

Os Direitos Humanos são engendrados a muitos aspectos relacionados a conquistas e lutas, e assim está associado aos parâmetros que norteiam a educação bilíngue para o aluno surdo. Ao passo que os objetivos propostos são enfatizados sob a perspectiva da pesquisa de intervenção com ações que viabilizem a disseminação de informações sobre os Direitos Humanos na escola bilíngue embasados na cultura e identidade do povo surdo. Essas ações visam garantir uma educação para crianças e adolescentes que considere as peculiaridades da cultura e da identidade do povo surdo. A metodologia deste trabalho terá como foco a Pesquisa-Intervenção sob a perspectiva qualitativa, em que terá como objeto de análise a discussão e diálogo entre professores da escola bilíngue, cujo instrumento de discussão é norteado por meio de um questionário, em que serão indagadas questões sobre a importância dos Direitos Humanos engendrados aos preceitos dos Direitos Humanos, os direitos e garantias propostos pelo governo à comunidade surda, a filosofia e os métodos adotados pela instituição de ensino, os objetivos norteadores do processo de bilinguismo e a questão da cultura e identidade dos surdos no âmbito escolar. Essas indagações embasarão a estruturação dos mecanismos que deverão ser aplicados futuramente para que a educação dos surdos no bilinguismo seja fonte vinculada a apresentação dos Direitos Humanos no contexto educativo. A história da educação será vista articulada a questão dos Direitos Humanos, e ainda será observado o currículo escolar que está intrínseco na consolidação da educação, em especial, na escola bilíngue para surdos. Percorrer a história do povo surdo no Brasil é fundamental para a compreensão do processo de lutas e de conquistas que permeiam o cenário da construção cultura e do pertencimento da identidade peculiares ao surdo. Transitar conhecendo a origem da escola bilíngue implica compreender a ascensão social da comunidade surda, além de vislumbrar aspectos das nuances que são mecanismos da educação bilíngue. Essa educação é norteadora da perspectiva da comunidade surda enviesada pela importância da caracterização da cultura dos surdos como aporte da fundamentação essencial para o desenvolvimento integral do surdo.

Palavras-chave: **Educação, Bilinguismo, Comunidade surda, identidade e cultura.**

ABSTRACT

The Human Rights are connected to many themes like victories and fights, that's why it is associated to bilingual education to deaf students. The proposal of this research is based on interventions that make practical the dissemination of references about Human Rights to deaf people and culture in Bilingual School, in order to guarantee that children and teenagers understand and respect different cultures. The methodology was based on research-interference under a qualitative-point-of-view. The object of analysis was debates and dialogues between teachers from The Bilingual School in Distrito Federal, Brasília. The instrument used on this research was a questionnaire with questions about the Human Right's value, the deaf community rights and guarantees, the Educational Institution's philosophy and methods, the bilingual process purposes and deaf culture and identity propagation in school, that will make de deaf education in Bilingual Institutes based on strong bases firm in Human Rights in the future. The Education History and the new curriculum will be interconnected to Human Rights, especially in Bilingual Schools to deaf students. To know Deaf People History in Brazil is fundamental to comprehend the fights and victories processes that were responsible for the deaf culture and identity formation. To know the Bilingual School origin is to understand the deaf people rise inside our society, besides, it makes possible to see the Bilingual Education mechanisms, essential aspects to describe and to know this culture, in order to contribute with deaf integral development.

Keywords: **Education, Bilingual, Deaf Community, Identity and Culture.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
OBJETIVOS	10
1.1. Objetivos Geral.....	10
1.2. Objetivos específicos	10
REFERENCIAL TEÓRICO	11
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS	
1.A questão dos Direitos Humanos.....	11
1.2. Os Direitos Humanos e o currículo escolar.....	12
1.3. Os Direitos Humanos e a Escola Bilíngue.....	15
CAPITULO II - A HISTÓRIA DOS SURDOS NO BRASIL	18
2.1. A história cronológica dos surdos.....	18
2.2. Construção da identidade surda	21
CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO DOS SURDOS SOB O VIÉS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE	25
3.1 A origem da Escola Bilíngue.....	25
3.2 A Escola Bilíngue e a perspectiva da comunidade surda	25
3.3 A importância da caracterização da cultura dos surdos.....	27
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	31
CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA (AÇÕES INTERVENTIVAS)	33
ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO	34
COMENTÁRIOS FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXO I	42

INTRODUÇÃO

Sob a análise do contexto histórico podemos verificar que nas civilizações da antiguidade, os costumes tradicionais - ideologias impostas pelas classes dominantes - eram alicerçados como superiores aos demais povos, tendo como base os valores éticos. Contudo, para desmistificar os valores apontados como universais dentro da cultura de um povo a Declaração Universal dos Direitos Humanos veio apresentar uma nova concepção ética, ao abordar em de seus artigos: “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos” (1948). Transitando no contexto histórico na evolução e mudança da concepção de Direitos Humanos: *Unificação da humanidade*, almejando exaurir as divisões nacionais, éticas, de gêneros, de sexo, de religião, dentre outras, englobando as diversidades culturais existentes. Vale ressaltar que em 27 de novembro de 1978, na Declaração sobre Raça e Preconceito racial, da UNESCO, preponderou-se a questão de não existir superioridade entre os povos, como afirmou que “todos os povos têm direito de ser diferentes, de se considerarem diferentes e de serem vistos como tais”. Sob a ótica da Declaração Universal de 1948, delineia a existência dos direitos dos povos e da humanidade. E finalmente, em 1999, na UNESCO (Delors, 1999) propõe-se o primado de que o contexto social humano universal constitui um “patrimônio da humanidade”. Isso ensejou a tomada de consciência da preservação dos direitos humanos em função da sobrevivência da humanidade. Ressalto que transpondo ao cenário dos dias atuais essa transição de valores se concretizou para a sobrevivência da humanidade, e as aspirações sociais e políticas e ainda as de cunho isonômicas são associadas à conscientização e tomadas de ações frente aos Direitos Humanos.

No contexto educacional, temos profissionais de educação que conglomeram para o desenvolvimento integral do educando. Um profissional que tem papel fundamental para lograr êxito nos aspectos objetivados é o intérprete de alunos surdos, que propõe e executa ações alicerçadas na perspectiva dialógica para o desenvolvimento do educando no contexto escolar. Esse profissional intermedeia conflitos escolares, auxilia os alunos na compreensão do conteúdo curricular proposto em sala de aula, além de auxiliar no que condiz às dificuldades de aprendizagem escolar, tendo em vista o desenvolvimento integral do aluno e formação de cidadãos atuantes na sociedade. As atribuições dos intérpretes de alunos surdos são imbricadas em sua primeira língua LIBRAS. O trabalho do intérprete em LIBRAS no contexto escolar está diretamente ligado aos pressupostos dos Direitos Humanos articulados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e ao intérprete caberá intermediar os alunos no que cerne aos Direitos Humanos e assistência devida em todos os campos de formação e

atendimento. Para a garantia de uma educação homogênea, é necessária a reorganização cultural dos sistemas de ensino a fim de se tornarem inclusivos, entretanto, de forma a assegurar as especificidades educacionais de todos os alunos.

As relações dos surdos com o outro se dão de forma transformacional, pois há a atuação para a definição da identidade do surdo. A Escola Bilíngue propõe a cultura do surdo e intensifica sua identidade social, contudo, os Direitos Humanos está enfiado na questão da apropriação de uma identidade cultural do povo surdo. Desta forma, é fundamental a pesquisa e compreensão da identidade social numa fusão social e científica da visão do povo surdo conforme afirma Strobel:

o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2009, p. 27)

Conforme Pedroso e Dias (2000 apud SANTOS e GURGEL, 2009, p. 53), “o instrutor pode capacitar, com suas experiências, futuros profissionais, sejam estes surdos ou ouvintes, para favorecer as interlocuções entre professores e alunos.” Desta forma, destaca-se a importância da escola bilíngue que precisa estruturar-se inserindo nas ideologias que permeia a identidade e a cultura do aluno surdo para que logre o ensino alicerçado no bilinguismo, em que a língua de sinais e a primeira língua e a Língua Portuguesa é a segunda língua. O pertencimento de uma identidade peculiar consolidará a formação cidadã do povo surdo, pois assim ele entenderá o mundo, a fim de modificá-lo e transformá-lo num espaço acessível e acolhedor vinculado as suas ideias, crenças e costumes.

1.2. Formulação do problema

Os cidadãos com deficiência auditiva desde tempos antigos são colocados à margem da sociedade, e com o passar do tempo, à questão dos Direitos Humanos vem sendo discutida, e desde então os Direitos Humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para o aluno portador de deficiência auditiva vem galgando passos na discussão do desenvolvimento social, emocional e político das comunidades surdas, pois possuem uma identidade própria e peculiar ao povo surdo, em que tem a sua Língua – LIBRAS, como primeira língua e a Língua Portuguesa, segunda língua.

1.3. Objetivo Geral

Avaliar por meio de questionários e discussão sobreposta com grupos de professores as ações que viabilizem as informações sobre Direitos humanos na Escola bilíngue concomitante a todos os componentes que compõe o trabalho social proporcionado pela escola, ainda alicerçado a cultura e identidade do povo surdo.

1.4. Objetivos Específicos

- Identificar os aspectos que compõe o trabalho do intérprete em LIBRAS diante do sistema de garantia da criança e do adolescente, articulados aos Direitos Humanos;
- Compreender os processos e as ações existentes no cenário educativo das Escolas Bilíngues frente às temáticas dos Direitos Humanos concatenados aos diversos campos de projetos desenvolvidos na escola de forma inclusiva com os alunos com deficiência auditiva.
- Verificar se os projetos são articulados de forma interdisciplinar para abordagens de conteúdos de Direitos Humanos de forma a incluir os alunos com Deficiência Auditiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

1. A questão dos Direitos Humanos

No campo educacional vislumbramos alguns pontos e conceitos importantes que desvelam a multiplicidade de vozes que fazem parte das diferenças e diversidades existentes no mundo. A diferença, a subjetividade e a identidade são eixos que norteiam o processo de construção do sujeito social. A constituição da identidade de uma pessoa é composta por processos singulares de natureza cultural, política, econômica e ideológica, remetendo a formação da subjetividade dela. Assim, tornando o ser humano singular, isto é, diferente do outro. Nessa relação do eu com o outro se apresenta experiências de limitados grupos sociais, as quais são evidenciadas na sociedade. No entanto, as produções de novas formações de sujeitos são exauridas. Contudo, emerge a questão tornar-se humano que é engendrada a várias perspectivas (histórica, filosófica, cultural, social e psicológica), assim não podemos analisar a concepção de gestação, até o nascimento do bebê de forma isolada, mas sim articulada ao viés sócio- histórico e cultural diante do processo de formação do ser humano e as influências que recebe no decorrer de sua história.

Os Direitos Humanos traz a tona muitos fatos ocorridos na história, um deles permeia o cenário mundial que passou por muitos dilemas, e dentre esses estão as atrocidades cometidas pelo Nazismo de Hitler que dizimou milhões de pessoas. Frente às nuances dessa ação surgiu um movimento que visava reconstruir os Direitos Humanos, até então, dilacerados pelo ocorrido. Ao permear esse contexto histórico, a Organização das Nações Unidas em assembleia geral, realizada em 10 de dezembro de 1948, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a qual logrou êxito na reconstrução dos Direitos Humanos num processo de universalização do mesmo.

A DUDH reporta os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais fundamentando um alicerce de dignidade aos homens. Em seu Artigo 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Menciona a importância do respeito mútuo entre as pessoas. Ressalta, ainda a DUDH como uma fonte de

direito internacional consuetudinário¹, um direito é um título constituído de normas e prerrogativas. A história releva a importância de algumas revoluções, talvez, podemos apontar como uma das mais importantes a Revolução Francesa de 1789, que iniciou a defesa entre os direitos de a *liberdade*, a *igualdade* e a *fraternidade* culminando com esses ideários a DUDH.

A história das declarações de direitos humanos é formada por lutas sociais, de forças históricas em confronto. Os direitos humanos são resultados histórico-sociais de conflitos entre as classes sociais, objetivando a primazia de suas ideologias sobre as demais. O jogo dialético entre particularismo e universalismo se embrincam nesse processo. A consolidação dos direitos humanos em cartas, constituições e declarações são percebidas diante das reivindicações de uma minoria, isto é, uma classe particular.

Norberto Bobbio foi importante precursor na formação e constituição conceitual dos direitos humanos. Conforme o pensamento desse autor, os direitos humanos são direitos históricos, por sua vez contraditórios aos poderes arcaicos, o que caracteriza a sua luta por defesa de novas liberdades. (BOBBIO, 1992, pp. 1-10).

Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais (Dhesc) ascendem dos processos de luta, cuja intenção é reivindicar a proteção e intervenção do Estado a fim de conquistarem os direitos ao trabalho digno, a terra e moradia, à educação e saúde. Os movimentos sindicais e movimentos de lutas sociais referenciam a coletividade à medida que constituem os sujeitos coletivos de direitos. A prioridade dos direitos civis e políticos em relação aos Dhesc podem emergir a afirmação de um estado liberal sobre um estado garantidor e provedor dos direitos da população, mas não garante os direitos humanos, porém propõe seu poderio mercantil, como fundamento do empoderamento político e forma de efetivar os seus direitos. Nessas perspectivas temos de um lado, a concepção liberal qualifica e quantifica a questão mercadológica em relação ao exercício dos direitos individuais. Por outro lado, a concepção humanista que vislumbra os direitos humanos além de uma condição de mercado.

1.1- Direitos Humanos e Currículo escolar.

O currículo era entendido como uma lista de conteúdos a serem ensinados, e não como uma prática pedagógica que se dá de maneira efetiva nas ações e posturas dos educadores, entretanto, hoje é aplicada de forma contrária às práticas tradicionais de ensino. Para Correia e Dias (1998, p. 115) afirma teoria técnica do *curriculum* expressa como um plano estruturado

¹ Refere-se a uma prática recorrente de costumes de um povo, em que se origina a obrigação legal por parte de seus membros.

de aprendizagem centrado nos conteúdos ou nos alunos ou ainda nos objetivos previamente formulados, com vista a um dado resultado ou produto (Pacheco, 1996). De acordo com a primeira perspectiva, o *curriculum* centra-se nos conteúdos como produtos do saber culto e elaborado sob a formalização de diferentes disciplinas. Mas, ele pode também expressar-se, de acordo com as concepções de *curriculum* propostas por Gimeno Sacristán (1991), através das experiências e dos interesses dos alunos, sendo entendido como um meio de promoção da sua autorrealização. E, por último, pode ser entendido como um plano de orientação tecnológica que se prende com aquilo que deve ser ensinado e como deve ser em ordem a um máximo de eficiência.

No percorrer da história da educação vislumbraram-se modelos de ensino descontextualizados da prática real do aluno, para tanto a postura pedagógica, atualmente, é expressa sob o viés de relações de poder que incide no currículo. Ao se privilegiar algum tipo de conhecimento sob outro adentramos na operacionalização da relação de poder existente no âmbito social contemporâneo.

Um ponto importante no processo de aplicação do currículo é a compreensão das teorias do currículo, que não transitam no campo neutro, mas no campo epistemológico social, no entanto, perpassam o poder e o controle cultural e assim delineiam as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. A Teoria tradicional do currículo, também conhecida de teoria técnicas, teve como precursor Franklin Bobbitt, que associava as disciplinas vistas de uma forma mecânica. Sob esse viés, o sistema educacional seria articulado ao sistema industrial, paradigmas do Taylorismo. Este buscava a padronização, imposição de regras no contexto produtivo. Assim, o currículo era visto como instrução mecânica ensinada pelo professor e memorizada. Desta forma, a figura do professor era central e dos alunos meros repetidores do conteúdo apresentado. Já as Teorias críticas do currículo são baseadas nas concepções marxistas e nos ideários da Teoria Crítica, associada à Escola de Frankfurt, mais especificamente, Max Horkheimere e Theodor Adorno. Outros que influenciaram foram Pierre Bourdieu e Louis Althusser. Estes compreenderam a escola como instrumentos de reprodução e legitimação das desigualdades sociais alicerçadas na sociedade capitalista. Contudo, o currículo estaria vinculado aos interesses das classes dominantes, e não no contexto dos grupos sociais subordinados. As Teorias pós-críticas do currículo partiram dos conceitos da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos ideais multiculturais. Em consonância com a teoria crítica, a pós-crítica criticou as teorias tradicionais, porém focou o sujeito. Nessa perspectiva, estabelecia-se o combate à opressão, lutando pela inclusão no meio social, em que visa compreender estigmas étnicos e culturais: racionalidade, gênero,

orientação sexual. Assim, lutava como legitimador dos *modus operandi* dos preconceitos enraizados na sociedade, aplicando a compreensão dos costumes e práticas do outro em relação à diversidade e respeito.

As Teorias críticas do currículo argumentam e afirmam que não há teoria neutra, e sim que relações de poder a embasam e discutem temas, tais, como: desigualdades sociais, hegemonia do conhecimento científico em relação a outras formas de conhecimento, neutralidade do currículo e dos conhecimentos, busca de uma racionalidade emancipatória; e a Teoria Tradicional do currículo eleva e valoriza as “teorias neutras”, isto é, tidas como inquestionáveis.

O currículo tem um papel essencial em que entrecruza, dialoga e se configura na prática pedagógica as funções social e cultural educativa. O currículo realiza-se no diálogo entre o professor e sua prática pedagógica, portanto, tem significado concreto e real dentro da sala de aula e se materializa em frente às atividades propostas pelo professor, mesmo que inconscientemente. E ressaltar a prática conjunta do professor com as relações sociais em que vive é importante para se compreender o processo de influências de todo contexto educacional. As concepções político-filosófica são nítidas no decorrer do posicionamento do conteúdo apresentado e elencado em sala de aula. Dentro da instituição educativa se entrecruzam, por meio do currículo, as práticas políticas, administrativas, econômicas, organizativas e institucionais aos pressupostos e práticas estritamente didáticas. Todavia, não podemos mudar o currículo de forma descontextualizada, mas vislumbrando-o como centro do processo educativo e intermedeia a construção dos sistemas nas escolas e salas de aulas.

Diante disso é necessário compreender que o currículo é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas de conhecimentos ou disciplina de estudo; estabelecimento dos tempos, dos espaços e forma na qual estes conteúdos serão ensinados; prescrição institucionalmente os conjuntos de diretrizes a serem seguidos pelas instituições vinculadas a determinado sistema. E temos dois desdobramentos do currículo: O real que é aquele que acontece no dia a dia em sala de aula; o oculto que conglomera para as práticas que ocorrem no dia a dia no meio social e escolar.

Uma proposta corrobora para aplicação prática da questão dos Direitos Humanos é o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, pois foca a formação para os direitos humanos transitando em diversas ações como: sensibilização, análise e compreensão dos problemas sociais, reflexão crítica e colaboração para um ambiente propício para atuação e conscientização do cidadão. Entretanto, sob esse olhar uma transformação na figura do educador é essencial para reformular a prática pedagógica visando uma nova

dimensão de diversidade e cultural. Desta forma, desnudando as percepções tradicionais e descontextualizadas do currículo.

1.2 - Direitos Humanos e a Escola Bilíngue

No contexto de lutas frente às nuances que são intrínsecas aos Direitos Humanos, a comunidade surda logra êxito diante do movimento mundial por reconhecimento da cultura e da Língua de Sinais. Em 2002, por meio da Lei nº 10.436, que dispõe sobre a ²Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a Língua de Sinais é “reconhecida como fonte legal de comunicação e expressão”. Concatenada a essa conquista histórica, a Lei que oficializou como legalmente aceita como a segunda língua do país, emerge o Decreto 5.626 de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais elencando o direito ao ensino em escolas e/ou classes de educação bilíngue, com professores fluentes na Libras e na Língua Portuguesa, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, conforme afirma o decreto supracitado:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

Ressalta-se que são chamadas escolas ou classes de educação bilíngue aquela que tenha como primeira língua a Libras e como segunda a modalidade escrita: Língua Portuguesa

² Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

para o desenvolvimento educativo e social. Entretanto, a comunidade surda continua unida em prol da luta a favor da real concretização do ensino bilíngue, visto que inúmeras tentativas de subtrair esse direito surgiram, e ainda busca lograr a excelência na educação dos surdos. Os sujeitos surdos são discriminados pela sociedade, e por isso a escola bilíngue visa desconstruir tal representação, assim articulando um trabalho junto aos alunos e a comunidade escolar de conscientização sobre a afirmação de uma classe inferior: os surdos.

Em contrapartida, a educação bilíngue surge para desvincular a questão de oralização desses sujeitos, pois esta ocorre usurpando o tempo necessário para a formação intelectual e cultural do povo surdo. Ainda, faz-se necessário a reeducação no contexto docente para que possam exaurir as práticas tradicionais e preconceituosas do profissional da educação frente aos entraves no processo de formação.

Conforme o pensamento de Garderer (2002) Vigotski atenua estudo sob a perspectiva materialista dialética da psicologia concatenado a transformação social enviesada a questão da visão da deficiência, denominado defectologia. Ele “critica a tendência de se biologizar o estudo do desenvolvimento das crianças que apresentam algum tipo de defeito orgânico”. O desenvolvimento da criança deveria ser visto como um processo qualitativo diferenciado ascendendo os aspectos que são importantes, assim compensaria o defeito orgânico, assim contrapondo-se ao aspecto quantitativo. O enigma no pensamento da defectologia científica seria impulsionado para atingir o desenvolvimento humano, assim compreendendo a compensação como um sistema de natureza social e não limitadamente biológica. Nessa perspectiva, é importante enfatizar que Vigotski (1931/1995) compreendia os processos de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, vinculado a uma categoria interpsicológica, posteriormente, essas funções de “manifestariam como um modo da conduta individual da criança, um meio de adaptação pessoal, uma categoria intrapsicológica”.

O desafio para a inserção de Libras no dia a dia na escola engloba tanto os ouvintes como os surdos, desta forma, precisa-se adentrar a cultura surda, além de conhecer profundamente as características do processo visual de aprendizagem que não pode ser fragmentado e descontextualizado, Conforme, Andreis-Witkoski (2012), o currículo da Língua de Sinais na educação de surdos não está programaticamente estabelecido, e assim necessita-se de um ensino sistematizado da Língua. Vale mensurar que as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino aos surdos fundamenta-se nos Estudos de Defectologia concomitante a questão da surdez. Nesse estudo Vigotski (1989, p.03) aborda a criança que foge do tipo humano normal “a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância, uma disparidade entre as linhas natural e cultural do desenvolvimento da

criança”. Contudo, “no caso dos surdos-mudos, a dactilologia (ou alfabeto manual) permite substituir por signos visuais, por diversas posições das mãos, os signos sonoros do nosso alfabeto e compor no ar uma escrita especial, que a criança surda-muda lê com os olhos”. Os surdos, ainda, podem aprender a falar, pois seu aparelho fonador nem sempre está comprometido.

Os casos de desenvolvimento anômalo permitem observar, com máxima clareza, a divergência entre o desenvolvimento cultural e o natural, a qual, em essência, ocorre também na criança normal, mas aqui emerge com máxima nitidez justamente porque, entre os surdos-mudos e os cegos, nota-se uma impressionante discrepância entre as formas culturais de comportamento, destinadas à organização psicofisiológica normal da pessoa, e o comportamento da criança acometida por essa ou aquela deficiência. Porém, mais importante, as formas culturais de comportamento são o único caminho para a educação da criança anormal. Elas consistem na criação de caminhos indiretos de desenvolvimento onde este resulta impossível por caminhos diretos. A língua escrita para os cegos e **a escrita no ar para os surdos-mudos são tais caminhos psicofisiológicos alternativos de desenvolvimento cultural (grifo meu)**. (Vigotski, 1989, p.04)

Sob a perspectiva de ensino visuoespacial, conforme propõe Vigotski (1989), a Libras sobrepõe-se frente à concepção da educação bilíngue visando à formação de uma identidade e uma cultura surda no contexto educacional, tendo em vista educação do surdo com a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua. A língua de sinais tem primazia em relação à Língua Portuguesa no cerne de comunicação do povo surdo, em que a peculiaridade e singularidade na forma de comunicação da comunidade surda se constroem diante da transformação e mudança social realizada pelos surdos. O pertencimento de uma identidade peculiar consolidará a formação cidadã do povo surdo, pois assim ele entenderá o mundo, afim de modifica-lo e transformá-lo num espaço acessível e aconchegante vinculado as suas ideias, crenças e costumes.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DOS SURDOS

2. A História cronológica dos surdos

A História da existência de surdos é feita por referências encontradas na Lei Hebraica na época do povo Hebreu. Transitar em um contexto histórico do povo surdo incita pontos controversos e intrigantes sob a construção de uma cultura singular: dos surdos. Muitos livros registram pontos históricos oficiais de surdos. Na história cronológica dos surdos observamos relatos de atrocidades mediante a intitulação de retardados e deformidades em relação aos surdos, sendo subjugados a seres anormais e tidos a margem da sociedade. Os fatos podem ser vislumbrados na sequência histórica listada conforme Strobel (2008), e muitas vezes, são contraditórios.

Pedro Ponce de León, monge beneditino,(1520 - 1584) era considerado o primeiro professor dos surdos. Ele usava como metodologia a datilologia, a escrita e a oralização. Mesmo diante de toda dedicação de León foi o abade Charles Michel de L'Epée que fundou a primeira escola pública para os surdos “Instituto para jovens surdos e mudos de Paris”, em que treinou muitos profissionais para surdos. Ele buscou instruir os surdos em sua própria casa, com as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada denominado de “Sinais metódicos”.

Uma fonte importante é a Bíblia que descreveu a cura de surdos feita por Jesus da Galileia, mencionado no livro de Marcos. Em Roma, os surdos consideravam enfeitiçados, e assim eles eram jogados no rio Tigre. Na Grécia, eles eram considerados insignificantes para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygéte, nas águas de Barathere. Para Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, pois acreditavam que eles se comunicavam com os deuses, contudo, não eram educados. O filósofo grego Sócrates mencionou sobre a comunicação com sinais pelas mãos.

Na Idade Média (476 – 1453), os surdos eram considerados estranhos e objetos de pesquisa na sociedade. Na religião, eles eram visto como incapazes de participar de todos os procedimentos religiosos. Desta forma, existia leis que os proibiam receber heranças, votar, casar, ou seja, todos os direitos de cidadãos. Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “...a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de

aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele utilizava a língua de sinais.

As contribuições de pesquisadores e autores contribuíram de forma decisiva para a construção da história dos surdos. Em 1644, John Bulwer (1614-1684) lançou a “Chirologia e Natural Language of the Hand”, em que elucida a utilização de alfabeto manual, língua de sinais e leitura labial, ideia defendida pelo George Dalgarno anos mais tarde. Bulwer pensava na língua de sinais como universal e seus elementos constituídos icônicos. Em 1648, John Bulwer publicou “Philocopus”, nesta obra expunha que a língua de sinais poderia propor a mesma intenção da língua oral. Em 1700, Johan Conrad Ammon (1669-1724), médico suíço desenvolveu e publicou método pedagógico da fala e da leitura labial: “Surdus Laquens”. Outro momento importante deu-se em, em 1741, Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780), possivelmente tenha sido o primeiro professor de surdos na França, oralizou a sua irmã surda e utilizou o ensino de fala e de exercícios auditivos com os surdos. Em 1755, Samuel Heinicke (1729-1790) iniciou a fonte de alicerce da filosofia oralista, cuja fundamentação se dava a fala, por isso é conhecido o “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro –, em Alemanha. Samuel Heinicke publicou uma obra “Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra”. Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig em 1778. Em 1760, e Thomas Braidwood abre a primeira escola para surdos na Inglaterra, na qual valorizava a leitura orofacial. Em 1814, Em Hartford, nos Estados Unidos, o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) e o professor surdo Laurent Clerc, melhor aluno do “Instituto Nacional para Surdos Mudos”, de Paris, fundaram a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos, “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas”.

No Brasil, em 1855, chega sob beneplácito do imperador D. Pedro II, Eduardo Huet, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, cuja intenção era abrir uma escola para pessoas surdas. Em 1857, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” foi fundado, a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, hoje conhecida como “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, criada por lei. Nesse período, Eduardo Huet apresentou ao grupo de pessoas na presença do imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho causando boa impressão sobre a língua de sinais.

Em 1864, foi fundada a primeira universidade nacional para surdos “Universidade Gallaudet” em Washington – Estados Unidos, um sonho de Thomas Hopkins Gallaudet realizado por seu filho, Edward Miner Gallaudet (1837-1917). Em 1867, Alexander Graham Bell (1847-1922), nos Estados Unidos, dedicou-se aos estudos sobre acústica e

fonética. Esse estudioso publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, e afirmou haver necessidade de isolamento, e era contra a língua de sinais.

Já no Brasil, em 1875, Flausino José da Gama, um ex-aluno do INES, publicou “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, o primeiro dicionário de língua de sinais no Brasil. Em 1880, aconteceu o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, influenciado em oralismo puro por diversos especialistas ouvintes na área da surdez, como Alexander Graham Bell.

Vale ressaltar, a história de ³Hellen Keller em Alabama, Estados Unidos, nasceu em 1880. Ela ficou cega, surda e muda aos 2 anos de idade. A professora Anne Mansfield Sullivan foi contratada para ensiná-la, e ensinou o alfabeto manual tátil (método empregado pelos surdos-cegos). Hellen Keller obteve formação universitária e publicou trabalhos autobiográficos.

Ocorreram vários fatos envolvendo surdos. Em 1932, o escultor surdo, Antônio Pitanga, pernambucano, foi vencedor dos prêmios: Medalha de prata (escultura Menino sorrindo), Medalha de ouro (Escultura Ícaro) e o prêmio viagem à Europa (com a escultura Paraguassú). Em 1951, o surdo Vicente de Paulo Penido Burnier foi ordenado como padre.

O “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” passou a chamar-se “Instituto Nacional de Educação dos Surdos” – INES, em 1957. A partir desse momento tivemos importantes publicações e conquistas dos surdos. Em 1960, Willian Stokoe publicou “Language Structure: na Outline of the Visual Communication System of the American Deaf” ratificando a questão da característica da língua de sinais. Em 1961, o surdo brasileiro Jorge Sérgio L. Guimarães publicou no Rio de Janeiro o livro “Até onde vai o Surdo”, no qual narra, em forma de crônicas, suas experiências de pessoa surda. Em 1986, Marlee Matlin estreou o filme “Filhos do Silêncio”, na qual pela primeira vez uma atriz surda conquistou o Oscar de melhor atriz nos Estados Unidos. Em 1977, o livro de poemas: “Ânsia de amar” do surdo Jorge Sérgio Guimarães foi lançada após a sua morte. Em 1997, Closed Caption (acesso à exibição de legenda na televisão) foi iniciado pela primeira vez no Brasil, na emissora Rede Globo, o Jornal Nacional, em mês de setembro.

Em 1977, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) foi criada composta por pessoas ouvintes articulada na problemática da surdez.

³ Hellen Keller nasceu em 1880, e antes de completar dois anos de idade estava cega e surda, assim teve uma reclusão no escuro e no silêncio, pois ainda não tinha tido a oportunidade de aprender qualquer comunicação. Com seis anos de idade era uma criança violenta por não entender sua situação e existência, por quatro anos viveu aprisionada em seu mundo solitário. Seus decidiram buscar ajuda até chegar a Anne Sullivan, também surda. A partir daí surge uma história de superação e conquista.

Em 1994, a CBDS, Confederação Brasileira de desportos de Surdos foi fundada, em São Paulo- Brasil. Em 1987, a FENEIS– Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos foi fundada, no Rio de Janeiro – Brasil, uma reestruturada da antiga ex-FENEIDA. Em 1999, foi lançada a primeira revista da FENEIS, com capa ilustrativa do desenhista surdo Silas Queirós. Em 2002, há formação de agentes multiplicadores Libras em Contexto em MEC/Feneis. Em 2006, iniciou-se Letras/libras com 9 polos.

2.2 – Construção da identidade surda e consolidação da cultura surda

Conhecer a história da educação de surdos requer vislumbrar as raízes da história de surdos, em que é vinculada a questão da “caridade, sacrifício e dedicação”, pois a vitória frente às adversidades requer ações engendradas a essas ações. Os sujeitos surdos eram rejeitados e colocados à margem da sociedade, e em tempos depois eram colocados em asilos com intuito de protegê-los por serem considerados “anormais” e “doentes”. Durante muito tempo os surdos eram vistos como cidadãos, os quais tinham direitos e deveres, entretanto, a visão proposta era assistencialista de exclusão. Nesse período não existiam escolas para os surdos, e diante disso surgiram diferentes métodos de ensino. Em 1880, evidenciou-se a dualidade entre a Língua de Sinais que é uma língua natural, com léxico e gramático próprio e o Oralismo que tencionava a reabilitação, isto é, tornar o surdo “normalizado”, por ser a surdez considerada uma patologia, e assim o surdo deveria se comportar como um ser que ouve e fala. Nesse mesmo ano houve um Congresso Internacional de Professores de Surdos em Milão, Itália, cuja discussão delineava importância de três métodos contrários: língua de sinais, oralista e mista (língua de sinais e o oral). Evidenciando esse pensamento Perlin (1998, p. 67) afirma que as relações sociais consolidam as representações de alteridade surda numa relação de predominância de poderes. A relação de poderes no campo da comunidade surda vem “disfarçadas sobre o discurso da fala, da integração e do colonialismo”.

Sob esse viés, observa-se certa repressão camuflada pelos ouvintes em relação aos surdos, e a questão da relação de poder emana da atuação hegemônica. De acordo com Perlin (1998: 69 apud Foucault, 1990:24):

Poder é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando ao máximo suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e constituído de suas capacidades.

A compreensão de alguns conceitos que são apresentados por Strobel e Perlin (2008, p.9) nos permite elucubrar a construção do contexto da história dos surdos e adentrar nas raízes que consolidam o pensamento da cultura e da identidade.

Ouvintismo: “(...) é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”.(SKLIAR, 1998, p 15).

Visão Clínica: nesta visão a escola de surdos só se preocupa com as atividades da área de saúde, veem os sujeitos surdos como pacientes ou ‘doentes nas orelhas’ que necessitam serem tratados a todo custo por exemplo: os exercícios terapêuticos de treinamento auditivos e os exercícios de preparação dos órgãos fonador, que fazem parte do trabalho do professor de surdos quando atua na abordagem oralista. Nesta visão clínica geralmente categorizam os sujeitos surdos através de graus de surdez e não pelas suas identidades culturais.

Povo Surdo: “Quando pronunciamos ‘povo surdo’, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços”. (STROBEL, 2008, p.29).

Comunidade Surda: Então entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes- membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros- que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. (...) Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (STROBEL, 2008, p.29).

Ser Surdo: (...) olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença (PERLIN E MIRANDA, 2003, p.217

Os conceitos abarcam a relação do ser surdo e as várias ações concatenadas ao cenário dos ouvintes de forma impositiva, em que não respeitava as características e cultura dos surdos. Contudo, os surdos, diante de várias pesquisas e lutas pelos direitos na educação, lograram êxito na conquista da relevância da Língua de sinais, da cultura e da identidade surda, Desta forma, o povo surdo deseja “construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, a emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo de identidade cultural”.

A construção da cultura surda é marcada por um caminho íngreme de lutas e conquistas pelo povo surdo, a Língua de Sinais vem como marco de uma proposição da estruturação da comunicação e da linguagem pertencente ao povo surdo. Conforme afirma Gesser (2009, p.13-14):

O reconhecimento lingüístico tem marca nos estudos descritivos do linguista americano William Stokoe em 1960. No tocante às línguas orais, as investigações vêm acontecendo há muito mais tempo, já que em 1660 (ou seja, trezentos anos antes) desenvolveu-se uma ‘teoria de língua em que as estruturas e categoriais materiais podiam ser associadas a padrões lógicos universais de pensanto’

(Crystal,2000: 204), postulada na Gramática de Port-Royal. As línguas de sinais, como se vê vieram a ser contempladas cientificamente, apenas nos últimos quarenta anos: antes, ‘sinal não era visto, mesmo pelos sinalizadores como uma língua verdadeira, com sua própria gramática (Sacks, 1990:76).

Ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua americana de sinais (ASL daqui por diante), Stokoe apontou três parâmetros que constituem os sinais e nomeou-os: configuração de mão (CM); ponto de articulação (PA) ou locação (L), delimitado no desenho por um círculo; e movimento (M), cuja direção é indicada por uma seta.

Gesser (2009) menciona sobre Port-Royal que era um convento, ao sul de Versailles, na França. O nome é dado a um grupo de estudiosos do século XVIII que era discípulo das ideias de Rene Descartes. Com pensamentos contrários ao método das gramáticas, a Gramática de Port –Royal é considerado o ápice da orientação lógica nos estudos. Essa gramática era classificada como “linguística cartesiana”, por Noam Chomsky, que fez “paralelos entre as ideias do grupo e sua própria concepção da relação entre a língua e a mente”. (Crystal, 1988:204).

Já a fonologia das línguas de sinais inicialmente referida por Stokoe como quirologia (quir do grego, significa mão), e querema para o correspondente de fonema. Entretanto, esses termos não vingaram. Na literatura fonética e fonologia continuam sendo usados para falar das unidades mínimas de língua de sinais.

A identidade e a cultura surda perpassam uma singularidade no que condiz a um modo de viver e desenvolver-se do surdo. ⁴Perlin, (2006:04) afirma que o processo pessoal de construção e desconstrução de valores, conceitos, visões de mundo, cultura, língua esteve presente em sua vida, pois o sujeito surdo constitui uma identidade surda.

Quadros (2004) propõe a diferença. O que vem a ser a diferença? A diferença pela diferença equivale a dizer: as identidades no interior de uma cultura são diferentes entre si. A *difference*, como definida por Derrida (GABILOMBO, 2001), é perpassada pela alteridade cultural. Desta forma, o sujeito surdo serve-se em sua subjetividade da cultura surda, serve-se da diferença que aquilo que aflui da experiência cultural nunca é igual e vai constituir sua subjetividade.

Em consonância com o pensamento de Perli, Em Diálogos com Bakhtin (2001), Barros atesta que esse “tecido de muitas vozes” ou de muitos textos ou discursos, de muitas culturas diferentes, se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto, discurso. Ou seja, há o dialogismo a interação da voz da cultura

⁴ Gladis Perlin é a primeira pesquisadora surda no Brasil, em que se propõe a pesquisar a formação das identidades surdas, sob o viés da perspectiva dos chamados Estudos Surdos, dentro do campo teórico dos Estudos Culturais.

surda com as demais culturas. Há múltiplas identidades surdas também em construção, pois elas se manifestam conforme são narradas diferentes experiências e subjetividades.

A comunidade surda tem por objetivo avançar no campo educacional, econômico, social, pessoal para lograr êxito na luta que tem sido travada diligentemente visando à igualdade de direitos para que sejam atuantes politicamente, objetivando a expansão cultural do povo surdo. Para isso a transformação e a mudança no contexto social fazem-se necessário para desnudar as nuances das percepções e pensamentos pertinentes ao modo de vida do povo surdo. O sujeito surdo é parte do processo de constituição dos costumes, hábitos e crenças na sociedade, pois a pluralidade de culturas e identidade são bases da diversidade social.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS SOB O VIÉS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Enraizado ao pensamento de uma cultura própria surge a Escola para os surdos que tem como alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, em que o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola. (BRASIL, 2008, p. 11)

O Decreto nº 5.626/05, em diálogo com as reivindicações das comunidades surdas brasileiras (FENEIS, 1999), defende a educação bilíngue, definindo-a, bem como os espaços onde ela deve ser implantada, nos seguintes termos:

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º)

A escola bilíngue assim como a escola regular apresenta as relações de poderes desiguais, o despreparo dos profissionais da educação, a ausência de uma articulação para reflexão dos aspectos pedagógicos da escola, “as teorias de currículo, as relações de poder, a produção de sujeitos” (Skliar,1998:110) que conglomeram para compreender o desenvolvimento das ideias e filosofia que embasa a escola.

Um ponto importante na formação da escola bilíngue delinea a questão da pseudo-recuperação do sujeito surdo, pois ele passa por atendimentos fonoaudiológicos, pedagógicos, psicológicos e no campo de otorrino, e estes tornam-se enfadonhos e cansativos fora do contexto real do surdo. Mediante esses pressupostos surge a necessidade de uma base mais construída na cultura do povo surdo de forma a exaltar as peculiaridades de ensino voltadas para uma prática que tenha como primazia a perspectiva visuoespacial, isto é, o uso da linguagem singular do surdo: Libras para o desenvolvimento social e a formação do cidadão atuante no meio social.

3.2 – A Escola Bilíngue e a perspectiva da comunidade surda

A Escola Bilíngue é um direito adquirido pela comunidade surda que engendra aspectos peculiares da cultura e identidade surda, e diante dessa forma de ensino muitos profissionais que trabalham com surdos que não conseguem desenvolver a língua oral, veem a

língua de sinais apenas como uma alternativa de comunicação e não como uma língua dotada de estrutura e características próprias do povo surdo. Segundo Skliar (1997, p.256), “O oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística. Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre a surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social”. E diante dessa discussão emerge a questão dos Direitos Humanos como garantia de dignidade ao surdo de ter um espaço destinado ao desenvolvimento do surdo como cidadão. Freire (1996:41-42) afirma que “ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade”, pois para que ocorra a prática educativa o aluno precisa ser um ser pensante.

Tarefa mais importante da prática educativo-crítica é propiciar condições em que os educandos em suas relações uns com os outros com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformado, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem a ver diretamente com a *assunção* de nós por nós mesmos.

O bilinguismo, por vezes, é entendido como fenômeno mundial no uso de duas línguas. No Brasil, os estudos que pesquisam a interação em contextos bi/multilíngues ainda são ínfimos. A busca pela uniformidade linguística e cultural, presente na ideologia de uma língua, uma nação, gerou o mito do monolinguísmo, como forma de apagar as línguas nacionais minoritárias e de imigração em favor de um projeto de construção de um Estado-Nação homogêneo, no qual não há lugar para o plural, para o diferente (CAVALCANTI, 1999; FRITZEN, 2008). Essa homogeneidade suprime grupos linguísticos minoritários, como a língua das comunidades surdas. Muller (ano: p.03) alude sobre a questão de uma primeira língua e uma segunda língua, as quais garantem o desenvolvimento da linguagem a comunidade surda.

Na educação de surdos, entende-se por bilinguismo uma proposta educacional que leva em consideração que a língua de sinais é a primeira língua (L1) dos surdos, de modo que possam, através dela, aprender uma segunda língua (L2), no caso do Brasil, a Língua Portuguesa⁸. Segundo Quadros (1997), no caso da comunidade surda, a L1 é fundamental para que as crianças surdas tenham acesso à língua de sinais para garantir o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, do pensamento; e o domínio da L2, na modalidade escrita, é necessário para que os sujeitos surdos possam fazer valer os seus direitos em sociedade.

O Bilinguismo conglomerava para a realização de políticas e práticas educacionais para os surdos ensejando Direitos aos surdos frente ao contexto social. Thomas e Klein (2010) mencionam alguns pontos importantes diante das conquistas da comunidade surda, tais como:

Criar cursos noturnos para jovens e adultos surdos no ensino fundamental, médio, superior, supletivos, cursos profissionalizantes, em que os professores usem língua de sinais ou em que haja intérpretes da mesma; Buscar recursos para a manutenção de uma Central de Intérpretes para atender aos surdos de Classe Especial, de Integração e Faculdades; Em concursos públicos, a prova de português precisa ser analisada com critérios específicos e inclusive com presença de intérpretes; Considerar que as escolas de surdos devem ter intérpretes em todos os eventos e para os momentos de diálogo com a família de pais surdos e entre familiares ouvintes e filhos surdos; Assegurar que, nas reuniões de escolas de surdos, os professores surdos tenham direito a intérpretes e a entender o que está sendo falado, tendo suas opiniões respeitadas e debatidas como são as dos professores ouvintes; Prestar assistência aos pais surdos com filhos ouvintes, propiciando a presença de um intérprete em reuniões na escola em que este estuda, fazendo com que os pais ou a escola arquem com as despesas deste profissional.

Os Direitos da comunidade surda permeia a intenção de formação de seres pensantes e atuantes na sociedade, os quais sejam incluídos no cenário social de forma pertinente e peculiar ao seu modo de desenvolvimento social. A construção de Direitos Humanos que associam as lutas e as conquistas do povo surdo condiz com a estruturação de uma cultura e identidades próprias da comunidade surda.

3.3. A importância da caracterização da cultura dos surdos

A construção cultural passou por definições e conceituações ensejando a compreensão dos aspectos sociais. Conforme Veiga-Neto (2003) o termo cultura designava as ações da humanidade em tudo que produziam de melhor, “fossem em termos materiais, artísticos, filosóficos, científicos, literário etc.”. Diante desse fato a cultura permeou há tempos à intitulação de única e universal, isto é, numa visão monocultural frente a um conceito totalizante. O mote cultura já foi compreendido como forma de estar no mundo, vislumbrar as obras de arte e de literatura, refletir filosofias e sistemas religiosos, sendo estas observadas como superiores. Por isso a escrita da palavra cultura passou a ser com letra maiúscula, pois era vista como *status* elevado, e assim foco de modelo para outras sociedades – elevação cultural. O cunho elitista conferido a essa expressão evidenciou a questão da dominação e exploração decorrente da ideologia elitista da cultura com marcadores culturais em cada grupo e momento histórico. Para Veiga-Neto (2003, p.12) a educação e cultura são associadas as nuances da disciplina:

Na educação, o homem deve, portanto: 1) Ser disciplinado. Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria. 2) Tornar-se culto. A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e essa é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejemos [...]. 3) A educação deve também cuidar que o homem se torne prudente, que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e que tenha influência. A essa espécie de cultura pertence o que se chama propriamente civilidade. Esta requer certos modos corteses, gentileza e a prudência de nos servirmos dos outros homens para os nossos fins [...]. 4) Deve, por fim, cuidar da moralização [...]. Em sintonia com outros autores alemães do século XVIII – como Goethe, Schiller, Herder, Fichte etc. –, Kant diferencia Cultura de civilidade, não entendendo aquela como uma decorrência necessária do desenvolvimento desta, ou seja, como o resultado de um aperfeiçoamento da civilização. Ao contrário, Kant e os outros intelectuais citados são unânimes em estabelecer um contraponto entre Cultura e civilidade.

O leque de definições de cultura evidencia o desejo de supremacia e dominação de segmentos sociais, porém contrapondo-se a esse pensamento surge a construção da cultura dos grupos tidos como inferiores, que na realidade são grupos que têm peculiaridades e singularidades na percepção social e política. Vale ressaltar a cultura do povo surdo que emerge frente particularidades que compõe a formação social diante das limitações pertinentes a esse grupo. Entretanto, esse pensamento opõe-se aos termos culturais que significam uma identidade única e a rejeição de toda e qualquer diferença.

Essa totalidade ratifica a complexidade da existência de pensamento apresentado na alegoria do ⁵Mito da Caverna de Platão.

A analogia do Mito da Caverna alude um ápice da construção da cultura surda que anteriormente era tido como um marcador identitário de um grupo oprimido e silenciado que sofria frente à dominação do grupo social privilegiado. Veiga-Neto aponta a oposição dos termos deficiência versus não-deficiência, substituição a deficiência versus normalidade como critério de compreensão da aceitação e do respeito as diferentes classes, raças e gêneros sociais. A opressão com as pessoas com deficiências está enraizada nos processos constitutivos da supremacia e da dominação de determinada classe privilegiada pertencente ao grupo que luta pelas disputadas políticas e dominadoras.

Os surdos por terem a limitação devido à surdez não possuem a linguagem (oral) e suas funções inteligíveis, no entanto, sempre foram estigmatizados, e assim seres humanos com menor valor social. A língua de sinais era vista como uma mímica gestual sem muito

⁵ O mito Caverna, também conhecido como Alegoria da Caverna é uma passagem do livro “A República”, do filósofo Platão, e essa metáfora transubstancia a questão da existência do mundo sensível (conhecido por meio dos sentidos) e do mundo inteligível (conhecido somente diante da razão). Os seres humanos têm uma visão irreal de mundo. No mito, os prisioneiros, nós, enxergam apenas imagens criadas e impostas pelas culturas, pelos conceitos e pelas informações lançadas pela cultura dominante. A libertação dessas influências culturais e sociais somente é exaurida quando saímos da caverna.

valor semântico e comunicativo. Contudo, havia uma exclusão profissional e social com os surdos por configurar a linguagem um objeto de discriminação e organização social. Os surdos e ouvintes têm uma relação de hierarquia por uma condição subumana e em relação aos surdos serem desprovidos de todos os traços que os assemelham as pessoas “normais”. Bergamo e Santana (2015) abordam sobre a importância de defesa e proteção da língua de sinais para ressignificação e acolhimento do direito de um mundo particular com uma linguagem própria. A segregação de grupos é produzida socialmente bem como sua integração, porém a “medida que todo comportamento humano está subordinado à cultura que os constrói, propaga, veicula e sedimenta”. As normas sociais consolidam a separação de grupos revisitando a vida social, modo de falar, jeito de vestir-se, de pensar, de reflexões sobre o mundo. Portanto, a luta pela inclusão dos surdos, em modo restrito, é uma forma de “garantia” de distanciamento da “anormalidade”, e aproximação na relação do diferente.

A normalidade é vista devido à apropriação da linguagem, entretanto, a anormalidade é vista como ausência de algo, como a linguagem. Bergamo e Santana (2005) afirma que “conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões lingüísticas e cognitivas, tem repercussões também sociais”. Todavia, a língua de sinais possibilita a legitimação do surdo como ‘sujeito de linguagem’. A ideia da língua de sinais projeta a questão da identidade relacionada ao uso da linguagem, que por sua vez, emerge a interação de comunicação pelo diálogo e pela aprendizagem “a identidade seria uma construção permanentemente (re)feita que buscaria tanto determinar especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias entre o próprio sujeito e o outro quanto obter o reconhecimento dos demais membros do grupo social ao qual pertence” (Bergamo e Santana, 2005, p.568).

A construção cultural - identidade - é construída sempre em relação a um determinado grupo ao qual se pertence, contrapondo-se ao outro, em que realizada uma analogia incoerente e diferente, ou seja, por oposição a ele. O foco na constituição da identidade do sujeito está imbrincada as relações sociais e discursos que delineiam os grupos formados na sua vida: na família, na escola, no trabalho, dentre outros espaços.

Os surdos crescem cercados de valores, de crenças, de símbolos, de modos de agir e de pensar de um sistema socialmente imposto e em constante mudança. Já em relação ao campo da surdez, a língua de sinais tece referência ao termo cultura, pois possui mecanismos compensatórios de atuação “para agir no/sobre o mundo, como o despertador que vibra, a campainha que aciona a luz, o uso de fax em vez de telefone, o tipo de piada que se conta”, conforme afirma Bergamo e Santana (2005). A existência de uma cultura surda se entrelaça ao bilinguismo. O homem tem influências de diversas áreas que tecem um emaranhado de

informações que vão dando concretude ao aspecto social e interacional. Contudo, percebe-se que a cultura surda não está associada apenas a língua de sinais, mas amplia-se diante da particularidade e peculiaridade da comunidade surda.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa terá como suporte a discussão sobre algumas indagações que serão mencionadas ao grupo de professores por meio de um questionário, em que eles responderão individualmente, mas em seguida realizarão um debate consoante as proposições apresentadas. No entanto, eles responderão ao questionário em tom de diálogo e de discussão. Desta forma, serão relatadas ações que permeiam corriqueiramente o contexto escolar, além de serem elucidadas as ações de intervenção que precisam ser colocadas em prática para lograr êxito no desenvolvimento e constituição da perspectiva dos Direitos Humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para alunos surdos. A abordagem realizada será sequenciada pelo questionário que segue no ANEXO I.

A metodologia utilizada nesse projeto de Pesquisa-Intervenção e defesa de Monografia enfatiza o aspecto qualitativo, em que o objetivo dessa perspectiva é a explicação dos porquês dos objetos de pesquisas para salientar questões importantes condizentes a temática. Conforme GERHARDT e SILVEIRA (2009), a pesquisa qualitativa tem como limiar a compreensão do grupo social, da organização, e não se limita a uma “representatividade numérica”. Para eles, a pesquisa qualitativa preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Isso corrobora para a compreensão da aplicabilidade dos Direitos Humanos no contexto da escola bilíngue destinada aos alunos com deficiência auditiva. Dessa forma, os Direitos Humanos que visa exaurir as divisões nacionais, éticas, de gêneros, de sexo, de religião, dentre outras, englobando as diversidades culturais existentes será analisado diante do âmbito escolar dos alunos surdos. Tendo como base a questão dos Direitos Humanos, a metodologia no projeto de intervenção terá como instrumento questionários, cujo objetivo de coleta de dados delinea a aplicabilidade dos Direitos Humanos concatenados as relações do povo surdo com o outro em que a compreensão da identidade do surdo é essencial. O questionário será imbuído de perguntas que elencam a apropriação da identidade cultural do povo surdo na escola bilíngue, além de ressaltar sua importância social na questão dos Direitos da aquisição da identidade e cultura surda.

A pesquisa-intervenção, a qual é conduzida no decorrer desse processo, aplica-se a uma opção política elitizada da perspectiva prática acadêmica, e “não se constitui como uma tecnologia derivada de um conhecimento purificado a ser aplicado sobre um objeto que se quer aprimorar ou que sofreu algum desvio de sua forma padrão”.

Os sujeitos da pesquisa são 05 profissionais da educação surdos e ouvintes (professores, diretor, coordenador, intérpretes para surdos), além da observação do contexto em que os alunos estão inseridos, sendo a faixa etária de 12 a 50 anos, com as mais diversas formações e escolaridades. Há pessoas do sexo masculino e feminino. A questão central é a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, e tendo a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos. É essencial o trabalho de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos na escola, e o questionário será fundamentado na compreensão e aplicabilidade do desenvolvimento da educação bilíngue. O instrumento utilizado para coleta de dados para análise da construção do desenvolvimento social, emocional e político das comunidades surdas subsidiará a compreensão da educação bilíngue e seu desenvolvimento frente às nuances da identidade própria e peculiar do povo surdo. A Escola Bilíngue Libras e Português-Escrito de Taguatinga, escola pública especializada na educação bilíngue em Libras e Português-Escrito.

O PPP (Projeto Político-Pedagógico) de uma escola tem como finalidade apontar a direção e/ou o caminho a ser percorrido, a fim de cumprir a função social que é de socializar o saber sistematizado e historicamente acumulado com base na legislação vigente: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, o Regimento Interno da SEDF e o Currículo da Educação Básica, e seguindo ainda os princípios da Gestão Democrática, assim associados aos Direitos Humanos. A Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português-Escrito do DF, o governo local incluiu-a como a “menina dos olhos” do “Plano Viver sem Limites” do Distrito Federal. Uma política de Educação Inclusiva para estudantes surdos precisa levar em consideração suas especificidades linguísticas, culturais e identitárias. No espaço inclusivo da Escola Bilíngue, a diversidade humana é considerada e o estudante é educado numa perspectiva integral de ensino, em regime de tempo integral. A inclusão dos surdos na sociedade representa grandes oportunidades para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional das pessoas e essa inclusão para os surdos começa na educação bilíngue, meio em que facilmente já se identifica o protagonismo surdo, representado por estudantes independentes, com grande autonomia, lutando por seus direitos e convicções; exercendo a cidadania em sua forma mais plena, a partir da educação.

A instituição matricula, desde 1989 crianças surdas e deficientes auditivas, bem como crianças com outros tipos de necessidades educacionais especiais. A Escola possui aproximadamente 350 alunos matriculados e funciona nos turnos matutino, vespertino e

noturno, sendo o turno vespertino é o principal turno de oferta da educação integral, embora todas as atividades da Escola Bilíngue voltem-se à educação integral dos estudantes. A comunidade surda do DF juntamente com professores da SEDF, lutou por aproximadamente doze anos para que a Escola Classe 21 de Taguatinga fosse transformada em Escola Bilíngue LIBRAS e PORTUGUÊS-ESCRITO, escola que prevê a aprendizagem, tendo a LIBRAS como primeira língua e o português escrito, como segunda língua a mesma prevê o atendimento a alunos surdos e outros desde a Educação Linguística Precoce ao Ensino Médio.

A comunidade atendida pela Instituição de Ensino é bem heterogênea economicamente, ou seja, possui crianças da classe média a crianças atendidas por programas assistenciais, possui alunos carentes economicamente, que moram de aluguel ou que estudam na escola porque os pais trabalham próximo a mesma, um dos motivos pelos quais tem uma alta rotatividade de alunos durante o ano. Alguns alunos moram em outras cidades como: Águas Lindas, Vicente Pires, Ceilândia, Estrutural, São Sebastião e outras. Os alunos surdos do Ensino fundamental II, Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos) atendidos na Escola Bilíngue provêm de diversas localidades de Brasília, como Samambaia, Estrutural, Recanto das Emas, Sobradinho, Ceilândia, São Sebastião, Riacho Fundo, Guará, Águas Claras, Cruzeiro, como também de Águas Lindas (GO). Poucos são os alunos que residem nas mediações da escola.

1.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa (Ações interventivas)

A visita a Escola tem como sujeitos nas ações de intervenção os profissionais da educação surdos e ouvintes (professores, diretor, coordenador, intérpretes para surdos) e alunos. Diante do contexto em que viviam os cidadãos portadores de deficiência auditiva desde tempos antigos eram colocados à margem da sociedade, e com o passar do tempo à questão dos Direitos Humanos vem sendo discutida, e desde então os Direitos Humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para o aluno portador de deficiência auditiva vem galgando passos na discussão do desenvolvimento social, emocional e político das comunidades surdas, pois possuem uma identidade própria e peculiar ao povo surdo, em que tem a sua Língua – LIBRAS, como primeira língua e a Língua Portuguesa, segunda língua

Desta forma, foi realizada uma roda de conversa em que foram feitas indagações (Questionário) aos profissionais presentes, e ocorreu uma discussão sobre a questão do Direito dos surdos dentro o contexto da Escola Bilíngue.

1.4. Análise e discussão do processo de intervenção

A Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga que em agosto de 2013 a Escola Classe 21 de Taguatinga foi transformada em Escola Bilíngue Libras e Português Escrito pela Portaria nº 171/2013, da Secretaria de Educação do DF, publicada na página 7 do Diário Oficial do DF. A escola foi instituída após a sanção da Lei nº 5.016/2013, em que estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos, cuja intenção é a implantação e implementação no âmbito do DF. É uma instituição inclusiva por excelência e tem o objetivo principal de constituir-se como espaço educacional propício para o desenvolvimento linguístico dos alunos surdos que têm a libras como primeira língua. Esse panorama permeia a aplicação dos Direitos Humanos que engloba a aquisição de engendramentos da cultura e identidade surda na escola em questão.

Para compreender a evolução no processo de intervenção que objetiva a aplicação dos Direitos Humanos no contexto da escola, foi proposto um procedimento empírico, com a discussão de cinco professores que compõem o corpo docente e foram enviadas a questão dos Direitos Humanos, e nesse foco foi abordado a importância de elencar e contextualizar os direitos e as conquistas pela comunidade surda mediante lutas e movimentos. Apontaremos alguns focos da discussão e as mensurações realizadas pelos professores acerca do tema proposto:

1 - Leis que abordam especificamente sobre os Direitos conquistados pelas comunidades surdas.

Os professores apontaram algumas leis que são importantes no processo de construção de uma cultura e do pertencimento da identidade surda na educação, isto é, educação bilíngue, e dão embasamento as ações pertinentes ao contexto da escola bilíngue:

I – Lei nº 10.436, de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências;

II – Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

III - Lei nº 5016, de 11 de janeiro de 2013 - Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos, a serem implantadas e implementadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

IV - LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, em seu art. 17, menciona que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

2 - A importância da visão e da filosofia adotada pela Escola Bilíngue.

O Plano Político e Pedagógico (PPP) da escola visa estabelecer as ações propostas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, que tem a responsabilidade de atender a todos. Atualmente, o Atendimento Educacional Especializado – AEE da escola bilíngue é oferecido para alunos surdos e deficientes auditivos; implantados e não-implantados; sinalizantes e oralizados. A Primeira Escola Bilíngue Libras e Português-Escrito do Distrito Federal apresenta um cenário que precisa de mudanças, de reestruturações e de adaptações. A Missão da escola é oferecer ensino de qualidade que visa à formação do educando em seu desenvolvimento nos aspectos linguístico, físico, intelectual e social, proporcionando um espaço estimulante e motivador para a aprendizagem e para organização sistemática do conhecimento, da autonomia, do pensamento crítico, a fim de garantir o exercício da cidadania. O PPP da escola visa colocar em prática a aplicação dos Direitos Humanos alicerçando a estrutura e visão da escola no pertencimento da visão cultural e de identidade do povo surdo.

No permear da discussão, os professores apontaram a visão e a filosofia adotada pela Escola Bilíngue, afirmando que tal visão e filosofia articulam a visão de um trabalho associado à comunicação e expressão de um sistema linguístico condizente as ideias e fatos oriundos da comunidade surda no Brasil, assim adotando a LIBRAS como primeira língua e o Português escrito como segunda língua. Engajada a essa filosofia a metodologia utilizada delineia a articulação visuoespacial que enseja a percepção do visual e gestual que visa atender as necessidades dos alunos para seu desenvolvimento humano integral. Partindo do princípio da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga a consolidação na

construção dos princípios que norteiam os trabalhos desenvolvidos na Escola Bilíngue Libras e Português escrito de Taguatinga tem como pilares, os autores: Andrei Gesser, Gladis Perlin, Carlos Skliar, Maria Aparecida Leite Soares, Ronice Quadros, Karin Strobel, Lucinda Ferreira. Os professores informaram que a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) proporciona cursos de aperfeiçoamento na área de educação inclusiva vinculada a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

3 - A questão do desenvolvimento da cultura e da identidade do povo surdo no contexto da Escola Bilíngue.

A questão da cultura e da identidade surda, na escola bilíngue, conforme discussão desenvolvida pelos professores é implantada e implementada em seu contexto por interações com outros alunos surdos, palestras, apresentação de movimentos e lutas dos surdos, apresentação das Leis que conglomeram para a constituição da educação bilíngue. Há, ainda, articulação com outros espaços visando à inserção do aluno no mundo do trabalho, de forma consciente e atuante na sociedade.

4 – A visão dos pais dos alunos surdos sob o viés do conhecimento da garantia de seus direitos.

Um ponto ressaltado pelos professores foi de que os pais dos alunos, geralmente, não têm interesse em conhecer os movimentos de lutas e conquistas dos surdos, e também, por sua vez não, eles não compreendem o processo de construção de uma cultura e identidade pertencente e peculiar à comunidade surda, e não conhecem os direitos e garantias. Contudo, relataram a importância de articulação da apresentação dos direitos conquistados pela comunidade surda.

Na análise e discussão no processo de intervenção culminou com o desenvolvimento dos referenciais teóricos que embasam e alicerçam a pesquisa sobre os direitos humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para o aluno portador de deficiência auditiva. Entretanto, no processo de intervenção foi vinculado os Direitos Humanos a Escola Bilíngue transitando no contexto histórico de lutas e conquistas dos surdos, em sua formação e construção cultural e afirmação da identidade do surdo.

Comentários finais

A pesquisa permitiu compreender que o cenário em que está inserida a comunidade surda é uma atenuante em constantes lutas e movimentos que permitam à aquisição dos Direitos Humanos enviesados a questão da escola bilíngue. Por sua vez, contempla um contexto subjugado de lutas e de constantes visões sobre a construção e consolidação da cultura surda e percepção da identidade que circunda a comunidade surda. Essa pesquisa abre espaço para realizar novas pesquisas/intervenções sobre a educação inclusiva tendo como foco o aluno surdo em escola regular. No entanto, podemos vislumbrar que a educação inclusiva precisará ser reestruturada tendo como viés a perspectiva principal o contexto da cultura surda associada ao cenário atual social.

No decorrer do curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural pude compreender melhor conceitos, percepções e visões que abordam a questão dos Direitos Humanos, em especial, no contexto da educação bilíngue. A história releva a importância de algumas revoluções, talvez, podemos apontar como uma das mais importantes a Revolução Francesa de 1789, que iniciou a defesa entre os direitos de a liberdade, a igualdade e a fraternidade culminando com esses ideários a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

A comunidade surda compõe uma parcela da diversidade existente no mundo. Enraizado ao pensamento de uma cultura própria surda surge a Escola para os surdos - a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola.

A Escola Bilíngue é um direito adquirido pela comunidade surda que engendra aspectos peculiares da cultura e identidade surda e consoante a essa visão surge o processo de intervenção na apropriação da escola bilíngue em apresentar aos alunos e pais as Leis, os decretos e os direitos que foram conquistados pelos surdos mediante suas lutas e movimentos. Frente a essa forma trabalho, os profissionais da educação, na escola bilíngue, precisa compreender o processo que estrutura a formação integral do aluno surdo visando sua formação alicerçada por sua cultura e identidade surda.

O processo de pesquisa sobre os direitos humanos entrelaçados aos parâmetros da escola bilíngue para o aluno portador de deficiência auditiva permitiu acompanhar de perto o processo de conquista e lutas do povo surdo. No entanto, esse processo elenca conquistas e

dificuldades no permear da pesquisa. As conquistas delineiam a percepção de que a visão de educação para o surdo tem progredido e desenvolvido, mesmo precisando de muitas adaptações e mudanças ainda. As dificuldades cercam as formas como se dá o processo de construção do ensino voltado ao aluno surdo, pois ainda precisam ser adaptadas, paulatinamente, as formas de consolidação de educação. As políticas públicas voltadas para ações que permitam o aperfeiçoamento da educação bilíngue não são muitas, assim verifica-se que lutas ainda evidenciam as posturas a serem adotadas futuramente.

REFERÊNCIAS

- BELTRAMI, Caroline Moraes; MOURA, Maria Cecília de. **A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil, nos últimos 50 anos (1961-2011)**, 2015.
- BERGAMO, Alexandre; SANTANA, Ana Paula. **Encruzilhadas de lutas sociais e teóricas**. Campinas/SP, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf. > Acesso em: 09 out. 2015.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOLZAN, Doris Pires Vargas; HAUTRIVE, Giovana Medianeira. **A escola para surdos: reflexões sobre a produção de um lugar de formação docente**. Revista Digital de políticas linguísticas, 2014.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autentica, 2005.
- BUZAR, Edeilce Aparecida Santos. **A singularidade visuo-espacial do sujeito surdo: implicações educacionais**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. > Acesso em: 19 set. 2015.
- FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristovão, CASTRO, Gilberto – **Diálogos com Bakhtin** – editora UFPR, 2001.
- FERNANDES, Eulália (org). **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GESSER, Andrei – **LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais na realidade surda**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm.> Acesso em: 19 set. 2015.
- LODI, Ana Paula Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004> Acesso em: 27 ago. 2015.

- MULLER, Janete Inês; STURMER, Ingrid Ertel; KARNOPP, Lodenir Becker; THOMA, Adriana da Silva. **Educação Bilíngue para surdos: Interlocução entre políticas linguísticas e educacionais.** PERLIN, Gladis – **A cultura surda e os interpretes de língua de sinais**, 2006.
- PERLIN, Gládis T. T. Identidades surdas. In: SKILIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação dos surdos.** Florianópolis, 2008.
- QUADROS, Ronice. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997
- SANTOS, Lara Ferreira dos; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro (Org.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SKLIAR, Carlos (org.) **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Processos e projetos pedagógicos.** Volume I Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SKLIAR, Carlos. **A localização política da educação bilíngue para surdos.** In: _____ (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos.** Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.
- SKLIAR, Carlos. **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Interfaces entre pedagogia e linguística.** Volume II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999
- SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do surdo no Brasil** – Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.
- STROBEL, Karin. **História dos Surdos.** Florianópolis, 2009.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos.** Pelotas: 2010.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, culturas e educação** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022011000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 set. 2015.

WANDERER, Aline. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia**, UnB: Brasília, 2012.

WITHISKI, Sílvia Andreis, DOUETTES, Brenno B. **Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares.**

ANEXO I**QUESTIONÁRIO**

1- A questão dos Direitos Humanos é explanada aos alunos, de forma que eles compreendam a importância dos Direitos dos surdos?

() sim () não

2- Quais são as Leis que abordam especificamente sobre os Direitos conquistados pelas comunidades surdas? Vamos enumerá-las?

3- Os pais dos alunos demonstram terem ciência de todos os direitos e garantias propostos pelo governo ao cidadão que pertence a comunidade surda?

() sim () não

3 - Qual é a visão e a filosofia adotada pela Escola Bilíngue?

4 – Qual é o método de ensino adotado pela instituição? E qual seu objetivo?

5 – Quais são os autores que alicerçam a pesquisa na construção de princípios que norteiam os trabalhos da Escola Bilíngue?

6 – O Governo Federal propicia capacitações aos profissionais que atuam na Escola Bilíngue?

7 – Como é desenvolvida a questão da cultura e identidade surda no contexto da Escola Bilíngue?

8 – Os professores e professores-intérpretes auxiliam os alunos na autonomia e busca conhecimentos acerca de seus direitos?

10 – Os alunos participam de outras atividades e espaço, além da Escola Bilíngue?
Como se dá essa inserção nesses contextos?
